



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 16/2009** -----

-----Aos sete dias do mês de Julho do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Paulo Jorge Gonçalves da Rocha, Vice-Presidente do mesmo, e nessa qualidade substituindo o respectivo Presidente, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.** - -----

-----Secretariou a presente reunião, a Assistente Técnica, Isilda Maria Tavares Garcia Abrantes, na ausência do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta do Sr. Presidente da Câmara, à presente reunião. -----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 06 de Julho de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **849.835,59 € (Oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**1 -INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Esteve presente a D. Isilda Maria Mendes Cordeiro, ex-funcionária desta Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção procedendo à leitura de uma exposição que trazia, e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- “Presumo que seja o Doutor que esteja na qualidade de Presidente nesta reunião. Tinha isto preparado para falar directamente para o Sr. Presidente... Durante algumas vezes, denunciei neste órgão, várias ilegalidades, poucas das muitas que tinha e tenho em carteira para ficarem a esclarecer o Sr. Presidente. Sobre as mesmas pedi explicações atendendo a que me assiste esse direito assim como assiste ao Sr. Presidente a obrigação de me esclarecer o que não tem feito, cometendo assim mais um rol de ilegalidades que tenta camuflar com essa capa revestida de cobardia e despotismo que lhe é peculiar. Mas nessa matéria não é apenas o Senhor Presidente que incorre em ilegalidades. Também a Câmara incorre nas mesmas porque quanto é da sua responsabilidade, da Câmara, fiscalizar os actos do Presidente. Porém, a oposição não tem voz activa, porque o Sr. Presidente não a respeita. Todos os outros Vereadores fazem parte do regime, e está tudo dito! E falando do regime, e lembrando o que tenho passado, a querer não opinar, comparando a época longa que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

temos vivido, e vivemos em Oliveira, à Idade Média em que o Sr. Presidente assume o papel de Rei seguindo o pensamento avançado maquiavélico, em que o Rei está acima da lei, transformando-se em rei tirano. Para mim, o Sr. Presidente não foi apenas tirano, foi e é carrasco. De repente, o Sr. Presidente passa da Idade Média à época de maior tirania do poder político da nossa história, o consolado de Pombal, caracterizado pelo despotismo. Na verdade, a relação do Sr. Presidente é de um verdadeiro déspota, infelizmente, nem esclarecido nem iluminado, apenas déspota. Se não, vejamos, mas antes vou perguntar-lhe, e aviso já, que pretendo respostas hoje, suas, do Sr. Presidente, ou da Câmara, se neste período, em que tenho estado ausente nestas reuniões, repôs como era sua obrigação a legalidade das ilegalidades em que neste órgão invoquei, tais como as reclassificações ilegais, a situação da Jurista, que devendo preocupar-se apenas com o Gabinete para a qual foi contratada, persegue funcionários, como foi o meu caso, em nome do Sr. Presidente, entre outras ilegalidades. Passando agora ao despotismo do Sr. Presidente. Vou recomeçar pelos Recursos Humanos, e nesta matéria o Sr. Presidente mente compulsivamente, posso assegurar a todo o concelho que, desde há doze anos que vim para esta casa nunca houve um concurso para admissão de pessoal ou promoções que não fosse para satisfazer os compromissos do Sr. Presidente. Em grande parte dos casos, esses concursos serviram para o Sr. Presidente ganhar lacaios. Quando o Sr. Presidente quiser posso provar, concurso a concurso, o que estou a dizer. Asseguro-lhe que neste período houve uma funcionária que não entrou com cunha, a minha filha. Essa entrou pelas provas que fez, e porque o Sr. Presidente teve medo de vir a ter muitos concursos impugnados e não poder assim satisfazer a sua clientela. Pagou caro a minha filha, pois logo após a retirada do Vereador de quem dependia começou a ser perseguida desalmadamente até não ter alternativa se não pedir Licença sem Vencimento. Tal como eu passou por muito. De tal forma que o Sr. Presidente decidiu dar-lhe mais um castigo dias depois de eu ter vindo à primeira reunião, tendo-lhe sido referido nesta casa, por quem sabia, e manda, que não tinha dúvidas de que ela estava a ser castigada por ser minha filha, e por eu ter vindo àquela reunião. Um Presidente mentir e perseguir é grave, mas mais grave é obrigar a perseguir e a mentir por si (por si, Sr. Presidente). Obrigar, não será bem o termo, mas a quem o Senhor manda, e não fizer, está tramado. Porque fui Dirigente Sindical muito tempo sei bem quem o Senhor perseguiu, quem pressionou, quem favoreceu, e quem lesou. Tenho em meu poder várias, muitas queixas, e também tenho ouvidos, e também ouço conversas de rua. É pois, por tudo isto, que em Outubro estarei no Tribunal no dia em que o Sr. Presidente for julgado num processo ao dispor do Ministério Público para desmentir os meus colegas, que já disseram, e irão certamente repetir, que o Senhor não os perseguiu, e mais, que não ouviram o que ouviram. Em suma, que mentem para lhe fazer o jeito. Até já se comenta as contrapartidas que obtiveram e, ou, que vão obter. Acontece que eu posso, com legitimidade, desmenti-los. Vou passar a outras situações, aonde o Sr. Presidente não mente menos. Município deste concelho não me posso aliar às barbaridades que o Senhor diz em público, conhecendo-o como conheço. “Eu não faço alunos”, pois não, o Sr. Presidente não faz alunos, por sua vontade abatia-os, eles dão despesa. Eu, melhor do que ninguém, sei o que o Senhor é capaz de fazer com os alunos e pelos alunos deste concelho. Lembro-me do Sr. Presidente, em público, porque foi na rua, tratar os alunos que tinham sido transportados no autocarro novo, porque o outro tinha avariado, por “escumalha”. Lembro-me que em relação aos transportes de Táxis o Senhor referir “que deviam vir a pé”, crianças pequenas dos Merujais, para a Ponte das Três Entradas, porque não sabia que eram três ou quatro quilómetros, e só não vieram porque era o Vereador quem trava disso. Mas também me lembro de três semanas, antes das últimas eleições autárquicas, o Senhor ter enviado cartas aos pais de muitos alunos deste concelho, dizendo-lhes que, “pese embora o facto de eles deverem pagar transporte”, a Câmara os iria isentar do pagamento desse transporte. Para quê isso? Os que eram subsidiados já sabiam que eram, e mais, na campanha dessas eleições prometeu ao concelho que ninguém iria pagar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

transporte. Quem é que o Senhor pretendeu beneficiar com essa promessa? Apenas os menos desfavorecidos, porque os mais desfavorecidos já não pagavam, eram subsidiados. No fundo, quem é que beneficiou? O Sr. Presidente que ganhou votos à conta de mais um engodo seu, pois é! Acontece, que foi mais uma das suas ilegalidades, e graves. Isentar do pagamento todos os alunos é ilegal, e o Senhor está a retirar à Câmara receitas que esta deveria arrecadar. E vem falar em despesismo? A propósito de despesismo, informo que pretendo consultar o Fundo de Emergência Social e respectivos movimentos, fundamentando este pedido com o seguinte, os 368,00 € de aposentação que recebo, não estico, e logo no dia apresentado como limite para pagar a água eu não tenho direito, tenho que esperar pelo dia 19 ou 20, em que recebo a aposentação, para pagar a água. Acontece que quando a vou pagar pago com taxas de relaxe altíssimas que são ilegais, as taxas de relaxe são ilegais. Informei-me em várias instituições, inclusivamente na IGAT. Já não há taxas de relaxe e nem sequer estão previstas no nosso Regulamento de Taxas e Tarifas. Entretanto...”-----

-----Neste momento o Sr. Vice-Presidente alertou a D. Isilda Cordeiro de que já tinha sete minutos de intervenção. -----

-----A D. Isilda Cordeiro prosseguiu referindo o seguinte “paciência, entretanto, comenta-se de que alguém está a beneficiar do Fundo de Emergência Social. Vou por isso consultá-lo. E água, não vou pagar entretanto, querem cortar? Cortem!” Referiu no entanto, após ter sido questionada pelo Sr. Vice-Presidente, de que já havia terminado a sua intervenção dado que foi alertada para o facto de ter ultrapassado sete minutos de intervenção. -----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que não iria acrescentar mais nada em relação a esta matéria, sendo que, no que diz respeito às questões que a D. Isilda Cordeiro colocou sobre a consulta de determinados assuntos, respondeu que sabia como é que o deveria fazer, ou seja, mediante a apresentação de requerimento por escrito.-----

## **2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

### **2.1 - INTERVENÇÃO DA SRª VEREADORA MARIA JOSÉ FEIXINHO**-----

#### **-----2.1.2 – INTERVENÇÃO DA D. ISILDA CORDEIRO-----**

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho referiu-se à intervenção da D. Isilda Cordeiro, salientando que “quando a D. Isilda na parte inicial da sua intervenção refere que “a oposição não tem voz activa”, não comungo dessa observação. Esta matéria, é uma matéria delicada, e estou-me a cingir única e simplesmente à questão pessoal da aposentação compulsiva de que foi alvo a D. Isilda. Todas as outras matérias, eu não me pronuncio, e são questões, argumentos, trazidos a este órgão pela D. Isilda, que poderiam, ser discutidos a um outro nível, não sei se será pela própria D. Isilda, imagino que não, pela referência que fez, de não ter meios para..., ou pelo Sr. Presidente que é visado directamente nessas alegações. Contudo, quero dizer o seguinte, não me revejo na afirmação de que a “oposição não tem voz activa”. Em relação a esta matéria, nomeadamente à questão pessoal, de vínculo, que a D. Isilda tinha para com esta Câmara, essa é matéria que está retirada da competência dos Vereadores deste órgão, nomeadamente dos Vereadores da Oposição. Portanto, a questão de pessoal é uma competência própria e exclusiva do Sr. Presidente da Câmara. Não houve qualquer intervenção no procedimento disciplinar e todo o procedimento que se seguiu com vista à aposentação, a não ser, a votação neste órgão da decisão final, votação secreta, enfim, mas cujo resultado conhece com certeza, e que lhe permite aferir da posição que cada um tomou. Entretanto, a questão que se coloca e que tem a ver, e já foi aqui referenciada, de dificuldades que se seguiram após essa tomada de posição, a ela somos sensíveis. Eu pessoalmente fui, e fiz aqui um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

apelo para que todas as questões relativas a essa matéria fossem tratadas com discrição, que me parece, que merecia e merece o assunto e que fossem regularizados todos os pagamentos a que a Senhora tem direito, e que estariam por regularizar numa determinada fase. Se essa situação está ultrapassada e são os 368,00 € que lhe levantam, hoje, problemas de subsistência, eu lamento, sei que é um valor que não dá para um cidadão viver, sobretudo um cidadão com encargos com filhos menores, de qualquer maneira, aí sim, é matéria que está tratada em diploma legislativo ao qual somos completamente alheios. Agora, o que me parece é que esta situação é uma situação que embaraça a Câmara Municipal, embaraça o Sr. Presidente, cria desconforto, já o referi mais do que uma vez, não é agradável para nenhum de nós. Agora, não posso é consentir e ficar calada quando diz que nós não temos voz activa. Nós sensibilizámos, para que o assunto era de extrema importância, uma vez que a senhora, enquanto cidadã e funcionária deste Município, merecia que lhe fossem dadas as respostas às questões colocadas, e que têm a ver estritamente com o seu vínculo para com este município, e portanto não me posso é, naturalmente, substituir a um executivo em permanência, e muito menos ao Sr. Presidente da Câmara. Candidatei-me a esse lugar, não o conquistei, portanto, tenho que obedecer às regras democráticas que me colocaram na situação de membro desta Câmara, mas, no entanto, de Vereador sem Pelouro e portanto designado por membro da oposição. É claro que desejava, muito sinceramente, que fosse sanado este mau estar, que a situação evoluísse para um padrão de normalidade e que a senhora tivesse condições para não ter que recorrer a este fórum para expor as suas dificuldades, que imagino lhe traga também constrangimentos e não seja de ânimo leve que o faz. Portanto, aquilo que estiver por responder, aquilo que não estiver ainda tratado, que seja tratado, é o apelo que eu faço, nada mais tendo a acrescentar.” -----

----- Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra referiu lamentar que a D. Isilda Cordeiro continue a vir a estas reuniões públicas a apresentar os seus problemas, recomendando que estas situações naquilo que compete resolver à Câmara Municipal “não atrase a resolução do problema, porque a justiça só é justiça, se for oportuna, e acho que não podemos andar a protelar de um dia para o outro, de um mês para o outro mês, a solução dos problemas que devem ser resolvidos imediatamente, ou pelo menos com a maior brevidade possível. Porque se essa senhora vem cá tanta vez, causa desconforto a ela e a todos, porque é desagradável ouvir uma pessoa a queixar-se de que não lhe fizeram justiça. Portanto, é bom que se tomem medidas rápidas e urgentes para que a justiça seja reposta e haja equidade e legitimidade para todos os assuntos que nós tratamos”. -----

----- Sobre o assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo, tomando uso da palavra referiu que “eu por princípio, e por natureza, respeito muito. Respeito esse, reforçado pelo facto de ser vereador aqui, não a tempo inteiro, não sou profissional da política, mas também não critico quem é profissional da política. Mas, não sou profissional da política, não estou aqui a tempo inteiro, mas por respeito pelo cargo que temporariamente ocupo, pois tenho a noção que estas coisas da política são sempre temporárias, é serviço de missão, é serviço público, dizer que eu respeito todas as apreciações que fazem sobre o meu desempenho e acho-as perfeitamente normais e aceito-as com humildade democrática. Relativamente ao meu desempenho nesta Câmara, neste órgão colegial, fazendo parte de um grupo que está em minoria, não tendo o peso da decisão maioritária, portanto decisão final, sinto-me de consciência perfeitamente tranquila. Estou, nesse aspecto, tranquilíssimo quanto ao meu desempenho, sujeitando-me, volto a frisar, às apreciações que fazem do meu trabalho e, sujeito-me a essa apreciação e esse sufrágio com a maior das serenidades. Relativamente às questões que levanta no que diz respeito ao funcionamento da Câmara ou do Sr. Presidente da Câmara, sobre decisões tomadas, ou a suspeita de haver alguma ilegalidade nessas decisões. Várias vezes temos questionado quem de direito sobre essas matérias, temos obtido as respostas, que para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

mim são insatisfatórias, são inconclusivas, inclusivamente uma vez tendo usado linguagem menos própria para comigo, o Sr. Presidente da Câmara apontou o Relatório do IGAT, relatório esse que foi feito em 2003, e que não reportava nenhuma matéria que a senhora veio aqui dar conta, eu não percebi por que é que me remeteram para esse relatório do IGAT, todas as suas acusações são posteriores à produção desse relatório, e nesse relatório nenhuma dessas matérias estava vertida”. Dirigindo-se à D. Isilda mais referiu que “contudo, se me quiser fazer chegar cada uma das matérias que aqui vem trazendo verbalmente para que eu possa, no exercício das minhas funções de fiscalização, neste órgão executivo, naturalmente que as acolherei com gosto para lhe dar a devida sequência, de acordo com o entendimento que eu quiser, de cada um dos temas, de cada uma das suspeitas, e de cada uma das alegadas ilegalidades que aponta”. -----

-----**2.1.3 – MARCHAS POPULARES/ 2009 - CONGRATULAÇÃO**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho congratulou-se com o desempenho das marchas a concurso na última edição das Marchas Populares/ 2009, salientando que “fascinei-me com o desempenho dos marchantes pertencentes aos diversos grupos que estiveram a concurso, assim como daqueles que se apresentaram antes do concurso”. Disse ainda que “há um trabalho enorme que resulta em todo aquele desempenho quer, antes de mais, nos trajes que cada concursante apresentou, quer também, em termos de coreografia e do número de elementos envolvidos. Enfim, é um trabalho “medonho”, ao qual eu gostaria muito de deixar aqui a minha homenagem, deixando também uma palavra de estímulo para que continuem a deslumbrar-nos numa noite que num ano é tão pequena, mas que, com certeza, sendo apenas uma noite é porventura um trabalho que absorve o ano inteiro as respectivas equipas”. Mais referiu, julgar que “a dignidade que se atinge na apresentação das Marchas faz com que o nosso fórum concelhio seja pequeno para um trabalho tão argumentado. Penso que o Município poderá fomentar uma maior divulgação para fora dos limites das nossas fronteiras deste evento, nomeadamente até fazer convites a órgãos da comunicação social que desenvolvam programas regionais e que possam vir a fazer o acompanhamento dessa noite, fazendo a reprodução daquilo que entendam ser de divulgar, não digo em directo pois seria impossível, mas fazer uma reportagem para depois ser exibida mais tarde num programa de âmbito regional, e julgo, não sei, porque já vi a Ordem de Trabalhos, se é isso que está previsto numa alteração ao regulamento, mas, não me querendo antecipar, entendo que, muito sinceramente, os prémios estão abaixo daquilo que me parece merecido pelos concorrentes.” Salientou ainda que “é claro que os prémios não podem custear toda a despesa envolvida, mas até *per capita*, se formos a ter em conta o número de elementos que marcharam é realmente um valor muito irrisório que, podendo, este Município deveria corrigir no sentido de criar também outras condições, porque também este trabalho implica despesa, e muita”.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra referiu corroborar as declarações da Sra. Vereadora Maria José Feixinho, salientando que foi uma manifestação de cultura popular muito positiva. Felicitou ainda os responsáveis pela organização desta iniciativa e todos os marchantes que estiveram envolvidos na mesma. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra também manifestou a sua congratulação pelo trabalho feito nas várias freguesias, nas várias organizações, pelas várias entidades, salientando que “é visível que há ali muito trabalho de qualidade, muita dedicação de várias dezenas/ centenas de pessoas. Da minha parte, o mais vivo e justo reconhecimento pelo trabalho feito. Eu acho que as Marchas de Oliveira do Hospital podem ter a ambição de se projectar para além do concelho, quer em termos mediáticos, quer em termos de exposição pública, ou seja de participarem noutros eventos de todo o distrito e até por todo o país.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Acho que a qualidade demonstrada dá essa garantia, de boa representação do concelho de Oliveira do Hospital”. -----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que é de facto um evento que se começou a consolidar no nosso concelho, envolvendo um número significativo de cidadãos, sendo que só participantes eram cerca de 700 a 800 pessoas, fora aqueles que indirectamente contribuíram para que, aquela qualidade, fosse alcançada. Mais referiu que participaram no concurso sete marchas, dando conta de que já existe uma intenção manifestada por mais duas localidades do concelho para que, em próximas edições, possam também vir a participar. Sublinhou ainda que “de facto a proposta de alteração dos montantes dos subsídios que consta da presente ordem do dia, e que foi assumida pelo Sr. Presidente da Câmara no dia da realização do desfile, não no plano político como eventualmente se possa pensar, mas de reforço daquilo que é o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, consta da ordem de trabalhos da presente reunião, e será apreciada em tempo oportuno. Mas também, temos que dizer que os prémios não se destinam a pagar todo o trabalho que envolve a organização daquelas marchas, porque isso, porventura seria impensável. A qualidade que apresentaram não tem preço porque de facto são o resultado de muitas horas de trabalho”. Mais referiu que “a Câmara quis dar um sinal nomeadamente de reforço, a esse reconhecimento, e é lógico que este apoio também deve ter um carácter evolutivo, portanto não quer dizer que o valor que venha a ser aprovado, eventualmente hoje pelo executivo, tenha que ser o valor que vai persistir no futuro. A quem de direito caberá essa decisão”. Prosseguiu referindo que “independentemente de ter sido uma responsabilidade organizativa do Município, devia saudar o trabalho desenvolvido pela Sra. Vereadora do Pelouro que foi inexcelável, como lhe competia necessariamente, considerando que seria de bom-tom fazer esta referência”.-----

-----**2.1.4 – CENTRO ESCOLAR EDUCATIVO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se ainda às obras de requalificação e ampliação da EB1/ JI de Oliveira do Hospital, futuro Centro Escolar Educativo de Oliveira do Hospital, sublinhando que “o ano escolar encerrou, foi um ano difícil em que tivemos que compatibilizar o funcionamento das actividades lectivas e não lectivas dos alunos que integram a comunidade educativa daquele espaço, dos professores e dos auxiliares, com o desempenho também do decurso das obras de ampliação daquele equipamento”. Disse ainda que “houve constrangimentos, é sabido, foram impostos sacrifícios, mas que foram acolhidos, nomeadamente pelos encarregados de educação, na expectativa de melhores condições”. Questionou no entanto “se efectivamente com o início do ano escolar estaremos em condições de iniciar plenamente aquele espaço, sem que se volte a verificar, o decurso dos trabalhos na pendência do decurso das aulas.”----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vice-Presidente referiu que se prevê que no arranque do próximo ano lectivo o edifício e toda a área de intervenção esteja em condições para que as crianças que vão frequentar aquele espaço não sejam alvo de mais constrangimentos com obras. Esclareceu ainda que foi por essa razão que, tal como foi explicado pelo Sr. Presidente da Câmara, as obras teriam que ter o seu início ainda durante o período lectivo que agora findou para que, no ano lectivo 2009/2010, tudo pudesse arrancar sem constrangimentos. -----

-----**2.1.5 – ABERTURA DO SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA NO CONCELHO DE ARGANIL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho deu conta de que o Serviço de Urgência Básica do Concelho de Arganil foi inaugurado recentemente, chamando a atenção do seguinte “já o fiz



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

anteriormente, mais vezes, mas sempre com um espírito construtivo, e de quem não se conforma com o estado de coisas actual e quer sempre mais e melhor para os oliveirenses. Foi inaugurado o Serviço de Urgência Básica no concelho de Arganil, e portanto é mais uma obra a somar a outras que vêm sendo conquistadas, também pelo Município de Arganil. Já na altura, aquando da criação do Comando da Guarda Nacional Republicana em Arganil, eu referi, Arganil está a criar centralidades, tem o Comando nomeadamente, a esse nível, da Guarda Nacional Republicana do concelho de Oliveira do Hospital, não querendo, de maneira nenhuma, menosprezar o Município de Arganil, nem os seus cidadãos, mas entendo que Oliveira do Hospital tem condições, antes de mais humanas e de território que o justificavam, e que por natureza lhe dão essa centralidade, e continuo a não me conformar com o facto destes investimentos públicos e destas realidades que vão mudando, não contemplarem o nosso concelho. Julgo que estaríamos bem posicionados para sermos nós, como disse na altura, a assumir esse comando, da GNR, e ter cinco municípios sobre a nossa guarda, como entendo que temos condições nomeadamente no âmbito da saúde, temos um Centro de Saúde, temos um Serviço de Atendimento Permanente em pleno funcionamento, a funcionar vinte e quatro horas por dia, temos um Hospital privado que sabemos presta muitos serviços a cidadãos não só do nosso concelho, mas de vários concelhos limítrofes, é uma referência em termos de saúde aqui na região e, portanto, não me conformo, digo uma vez mais, com o facto de investimentos desta natureza não virem enriquecer aquilo que já é todo o trabalho na área da saúde que é desenvolvido no nosso concelho”. Prosseguiu referindo que “há qualquer coisa que está a falhar, já o disse anteriormente. Neste momento, relativamente à inauguração do Serviço de Urgência Básica, não tive a oportunidade de ler as declarações do Sr. Presidente da Câmara de Arganil, mas o que é certo é que, em relação à conquista do Comando da GNR, ele referiu que teve um trabalho árduo de, pelo menos um ano, junto das entidades competentes, na área dos Serviços de Segurança Pública e junto da Administração Central, nomeadamente junto do Ministério da Administração Interna”. Sublinhou ainda que “é preciso realmente fazermos-nos ouvir, é preciso darmos conta da nossa realidade, da riqueza que temos, dos serviços que podemos prestar e conquistá-los. Não podemos ficar simplesmente a aguardar que se lembrem de nós, temos que nós nos fazemos de lembrados, é assim que funciona, é esta a lógica, não conheço outra, e o que é certo é que vejo essas conquistas fazerem-se e pergunto-me, porque não em Oliveira do Hospital? No fundo são conhecidas a pujança das nossas gentes, um desenvolvimento económico que nunca faltou neste município, pese embora a crise que atravessamos, e portanto, temos uma população estável que é de alguma forma também assinalável, pelo que temos todas as condições para exigirmos investimento público e para que ele se venha realmente a manifestar. Temos que estar atentos, temos que ser persuasivos, temos que ser incansáveis na reclamação daquilo que, a meu ver, os oliveirenses têm direito”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra referiu concordar com a opinião da Sra. Vereadora Maria José Feixinho no que diz respeito ao desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital, salientando que “eu também acho que alguns concelhos, aqui em volta, têm realmente um incremento e um desenvolvimento, que eu gostaria muito de ver no meu município”. Sublinhou ainda que “não sei as razões que levam a isso, conheço-os a todos e conheço as suas possibilidades, mas há uma coisa que eu noto nesses responsáveis, é realmente uma grande agressividade, no bom sentido, para levar ao bom termo a missão que compete a cada um de nós e que é o desenvolvimento do nosso município e o bem estar dos munícipes do meu concelho”. -----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que “eu de facto não tenho “inveja” que o concelho de Arganil ou outro município faça as suas conquistas, aquilo que nos importa é que os oliveirenses também não sejam prejudicados com aquilo que é conquistado pelos outros. Portanto, acho que nós não devemos viver nesse sentimento de alguma “inveja”, em relação àquilo que os outros têm ou não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

têm, porque nós também temos algo em Oliveira do Hospital, que porventura todos os outros ambicionavam, e não têm, deviam era dar-lhe as condições necessárias para poder evoluir e refiro-me em concreto à Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Portanto, considero que nós temos que saber avaliar aquilo que eventualmente é opção do Governo, ou da Administração Central, em relação a determinados municípios. Disse ainda que “temos que reivindicar junto de quem de direito aquilo que são os nossos anseios, e nesta fase, parece-me importante, que essa reivindicação passe por conseguirmos que não nos retirem aquilo que alcançámos ao longo destes anos. E de facto, não tem sido esse, o posicionamento do Governo da Nação em relação, nomeadamente, a Oliveira do Hospital. Concorde-se ou não, não tem sido esse”. Relativamente ao Destacamento, salientou ainda que “aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse, na altura, e que eu acho que todos subscrevemos, é que, o mais importante do que criar um serviço administrativo, que eventualmente possa trazer alguns agentes de terreno, é de facto nós termos asseguradas no nosso município as condições de segurança que todos oliveirenses desejam. E aí, é de saudar, tal como é de conhecimento público, o reforço de efectivos que aconteceu no Posto da GNR em Oliveira do Hospital, muito recentemente, e que os oliveirenses tiveram já a oportunidade de ver *in loco*. Portanto, tivemos um reforço que já estava “asegurado”, ao Sr. Comandante do Posto e que apenas aguardava a oportunidade para que efectivamente se materializasse”. Prosseguiu referindo que “para além do reforço de efectivos tem havido outro tipo de patrulhamentos das forças de segurança e de outras operações no concelho, e portanto, eu julgo que é isso que interessa a todos os oliveirenses, sendo certo que, apesar do aumento de efectivos e dos meios que as forças de segurança têm ao seu serviço, será impossível aqui e em qualquer outro concelho, que se reduzam a zero os níveis de criminalidade. Acho que todos estamos de acordo em relação a isso. Em Oliveira do Hospital, e muito menos no executivo, e aí julgo que também estarão incluídos os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, ninguém se conforma com qualquer perda de serviços que ao longo dos anos tenham sido alcançados ou tenham sido prestados aos oliveirenses.” Disse ainda que “a Sra. Vereadora Maria José Feixinho tem razão ao dizer que “é preciso fazermo-nos ouvir”, a senhora tem razão a essa posição, é preciso é que nos ouçam. E por vezes isso não acontece”.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “não vale a pena continuar a acenar com o “espantalho” de ameaça de encerramento de serviços públicos, porque nenhum foi encerrado, isto é só para criar alarme, e depois, eventualmente, tirar daí dividendos políticos, mas pronto, os actos ficam com quem os pratica”.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu em resposta “Sr. Vereador, eu nem sou “espantalho”, nem criei nenhum “espantalho” para alarme” Todos sabemos qual era o posicionamento em relação a esta matéria, se as situações, agora, estão suspensas, tal é por objectivo interesse político face ao período que se avizinha, isso é uma questão que não me cabe a mim discutir. Agora, não fomos nós que acenámos com esses cenários, foi o Governo, está escrito”.-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu que “não é a “inveja” que comanda qualquer observação que eu faça aqui neste fórum, é apenas a preocupação. Posso-me regozijar com as conquistas dos outros municípios, aliás, eu concebo a região como uma área importante de desenvolvimento, não podemos, por exemplo, ter Escolas Superiores em todos os concelhos. De qualquer maneira, revelo apenas e manifesto a minha preocupação por alguma reiterada conquista que é feita por alguns municípios, e questiono quando é que faremos a nossas. Uma vez que o peso de Oliveira do Hospital no âmbito do distrito passa sempre por estarmos incluídos nos cinco mais. E portanto eu não queria que o meu concelho perdesse esse protagonismo e gostaria, muito sinceramente, de ver criadas determinadas centralidades aqui, uma vez que estamos no limite, por uma questão geográfica do concelho, quando nos posicionamos a partir da sede do distrito, e temos que reverter a nosso favor essa situação, não deixando sair uma natural conquista que fomos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

fazendo ao longo de décadas e que nos posicionou sempre nos lugares cimeiros dos dezassete concelhos deste distrito”.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida esclareceu igualmente que “eu não tenho “inveja” de ninguém. Até corroboro o que disse a Sra. Vereadora Maria José Freixinho, ela não tem “inveja”, tem alguns sentimentos. Eu até felicito os nossos vizinhos por eles conseguirem alguma inovação, sem inveja, apenas com um gosto enorme por ver o seu progresso, e a sua atitude positiva no seu concelho”.-----

-----O Sr. Vice-Presidente explicou que quando se referiu a “inveja”, foi no sentido figurado, esclarecendo que “como é lógico, eu compreendo, nenhum de nós tem “inveja” daquilo que os outros municípios conquistam, ou que, na maior parte dos casos, lhes é entregue ou atribuído. Concluiu referindo que “aquilo que nós temos com que nos preocupar, é em viver e conviver com isso e num sentimento de cordialidade, e lutar por aquilo que nós entendemos que são os nossos anseios. Porque acho que é nessa perspectiva que deve actuar a autarquia, independentemente da cor política do Governo”.-----

**-----2.1.6 – IMPLEMENTAÇÃO DE UM PACTO ENTRE O ESTADO E AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS-----**

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu que já foi anunciado pelo Governo a implementação de um pacto a realizar entre o Estado e as pequenas e médias empresas, salientando que “é inevitável que nós, nesta fase tão difícil que o sector empresarial vem atravessando, e sendo o nosso concelho caracterizado efectivamente de pequenas e médias empresas, ou micro empresas, que as nossas atenções fiquem imediatamente dispersas para acolhermos aquele que venha a ser o programa que o estado vá implementar. O apelo que eu faço é no sentido de que realmente o executivo em permanência esteja na primeira linha, muito atento, é um apelo que deixo, para que estejamos atentos, que não deixemos escapar as oportunidades que o Programa venha a permitir implementar no nosso município e auxiliar os nossos empresários, ou seja, que a Câmara seja um elo de ligação entre o Programa, o Pacto e os nossos empresários, para que possamos de facto aproveitar o que deste pacto venha a resultar em abono na superação das dificuldades que vêm a ser sentidas pelas pequenas e médias empresas ligadas ao sector industrial”.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que “de facto são importantes as PME’s, e tal como disse, no nosso concelho elas são quase a totalidade do tecido empresarial e responsáveis pelos índices de empregabilidade e de desenvolvimento que temos”. Lamentou no entanto que “o Governo se tenha lembrado das PME’s, a cerca de três meses das eleições legislativas, mas é de registar esta vontade”, dando conta de que “já recebemos na autarquia uma comunicação nesse sentido, ou seja, de que iria existir a criação de uma estrutura de acompanhamento às pequenas e médias empresas, e às empresas com dificuldades”. Concluiu referindo que “falta ainda a operacionalização de tudo isso e, de acordo com o que nos foi comunicado, iremos ser contactados pela entidade respectiva no sentido de estar numa primeira sessão, de forma a que, posteriormente, se possam definir as linhas que iriam reger esse modelo”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “não é agora, em cima do acto eleitoral que há apoio às empresas. Ele já vem dalgum tempo, através de várias medidas que o Governo tem lançado. O Sr. Vice-Presidente sabe que e referia aqui que o PME Investe já ia na IV edição, Apoio a PME’s, portanto, não é só agora que o Governo anda a dar apoios. Assim como também há linhas de Apoio do Ministério das Finanças e do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, para apoio à suspensão temporária de contratos, é uma medida que tem sido aplicada em várias empresas do sector das confecções há vários meses, desde que ela foi aprovada. E já que falou em actas, também



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

fiz uma busca, e encontrei algumas intervenções minhas em actas, de vários programas que aqui fui trazendo, do Ministério da Economia para que a Câmara os divulgasse no concelho através dos seus canais e aquilo que me foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara é que “a Câmara não precisava de os divulgar, porque a política de propaganda do Governo era suficiente para os divulgar”. Mas a verdade é que esses programas existem desde o início da legislatura. Se não foram mais divulgados no concelho, se calhar a Câmara, por falta de um Gabinete de Apoio ao Empresário, por ineficácia e implosão do Sistema de Apoio Local ao Empresário, que também foi criado por apoios públicos, não fez circular a informação como devia circular”. -----

-----O Sr. Vice-Presidente esclareceu que “eu não disse que não havia apoio às empresas, a Sra. Vereadora Maria José Feixinho falou de uma questão que é recente, e disse que o Governo anunciou que iria lançar um Pacto entre as PME’s e o Governo, e eu falei nomeadamente na internacionalização. Foi isso que a Sra. Vereadora Maria José Feixinho falou, e foi sobre isso que eu respondi. Não falei do apoio às empresas, ou da não existência de apoio às empresas. Disse que, pena é, que em relação a esta matéria, isto tenha sido anunciado a menos de três meses das eleições legislativas, foi aquilo que eu disse, não disse mais do que isso, o Sr. Vereador é que interpretou esta questão à sua medida. Em relação às medidas, também lhe posso dizer que elas de facto existem, a maior parte delas não chega é às empresas”. -----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA**-----

**-----2.2.1 – REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA FEIRA AO DOMINGO EM OLIVEIRA DO HOSPITAL-----**

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à realização da primeira Feira ao Domingo em Oliveira do Hospital, salientando que no seu entender foi uma boa iniciativa. Disse no entanto verificar a existência de algumas faltas nomeadamente ao nível dos espaços reservados à restauração e bebidas, dando conta que naquele espaço deveriam existir uns lava-louças em inox que permitam aos comerciantes daquele ramo melhorar a sua prestação de serviço, nomeadamente ao nível da higiene. Mais referiu ter verificado que alguns comerciantes continuam a espetar ferros no pavimento, entendendo assim que esta situação deve ser regularizada através da colocação de mais argolas no pavimento para o efeito. Concluiu sublinhando que a realização da feira é uma medida positiva mas reconhece haver determinados pormenores que necessitam de ser revistos e rectificados. -----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que também esteve presente nesta Feira, entendendo no entanto que a Feira de Domingo terá todas as condições para se enraizar como um hábito no nosso concelho, sublinhando que “apesar das condições climatéricas pouco amenas a actividades de ar livre havia muita gente no recinto da feira”, tendo-se apercebido que, durante esse período do dia de Domingo, verificou-se uma mudança positiva, tal como era esperado por todos no centro da cidade. No que diz respeito aos lava-louças e aos ferros espetados no pavimento, sublinhou que “com o sistema de implantação de argolas reduziu-se em muito a perfuração do solo, contudo e como se deve imaginar, pela configuração dos espaços, e pela configuração dos toldos e respectivas dimensões, não é fácil ajustar, nem os espaços aos toldos, nem os toldos aos espaços, sob pena do investimento que o feirante teria que fazer. Deu ainda conta de que aquilo que se procurou sempre, foi sensibilizar os feirantes de que a serem feitas perfurações no solo que fossem efectuadas de uma só vez, e que fossem sempre aproveitados os mesmos orifícios para colocarem os ferros, para que a longo prazo se possam voltar a colocar argolas onde elas são necessárias. Reconhece no entanto que embora existam algumas situações, não há grande prevaricação a esse nível, tendo havido algum



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

cuidado mesmo da parte dos feirantes. Quanto às condições na área alimentar referiu que elas respeitam aquilo que a legislação impõe relativamente a essa matéria. Concluiu referindo que “há sempre aspectos a corrigir e a autarquia também tem vindo a acompanhar a evolução da feira ao longo deste ano. A Feira vai fazer em Agosto um ano de mudança para o novo recinto e temos consciência de que houve um salto qualitativo, quer para os feirantes, quer para o público que acorre ao recinto, mas há também aspectos ainda a corrigir e que se encontram em “carteira” para que, sempre que possível, se façam essas correcções, no intervalo de realização de cada feira”.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida insistiu na necessidade de colocar lava-louças junto aos feirantes que desenvolvem o ramo de restauração e bebidas.-----

-----**2.2.2 – AUMENTO DE DESEMPREGO**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que o desemprego é um fenómeno que está a abalar o mundo interno, e o concelho de Oliveira do Hospital, em particular. Mais referiu que ontem, e atendendo à situação actual de crise, realizou-se uma reunião no Governo Civil do Distrito de Coimbra, a fim de se tratar de assuntos relacionados com o encerramento da Fábrica de Confecções HBC. Disse ainda que estiveram presentes na referida reunião alguns representantes da organização da empresa, alguns representantes do NDEIB e entidades sindicais, estranhando o facto de “num acto de tanta importância, não estar ninguém a representar o Município de Oliveira do Hospital”. Referiu igualmente entender que “a Câmara Municipal tem que tomar atitudes mais concretas, mais objectivas e mais participativas, na tentativa de solução deste problema”.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que “relativamente às reuniões que têm havido no sentido de resolver ou de encontrar uma solução para a indústria de confecções HBC, mais uma vez quero aqui manifestar a minha congratulação pela postura responsável e pela actuação dos responsáveis do Governo Civil do Distrito de Coimbra na busca de uma solução para a HBC. Houve uma Assembleia de Credores, creio que poderá haver uma solução, eu espero que sim, que essa solução surta efeito, acho que todos os membros deste executivo partilham desse mesmo desejo. Portanto, quero mais uma vez manifestar a minha congratulação pelo trabalho de acompanhamento e postura responsável do Governo Civil relativamente ao encontrar de uma solução para a HBC”.-----

-----Sobre o assunto o Sr. Vice-Presidente referiu que “o Sr. Vereador Albano Almeida tem toda a razão. A reunião é muito importante, é de registar que ela tenha existido, e é de registar que haja vontade em acompanhar a situação. Em relação à Câmara Municipal informo o Senhor Vereador que não estivemos presentes porque não fomos convidados, mais uma vez. Portanto sobre essa matéria nada mais há a referir como deve imaginar. Se tivéssemos sido convidados, certamente estaríamos presentes”.-----

-----O Sr. Vereador Almeida referiu que “as nossas obrigações institucionais levam-nos a que temos que provocar as reuniões, ou seja, provocar ir lá, porque se não formos, mesmo sem sermos convidados, temos que cumprir a nossa obrigação institucional. Eu estive lá, sem ter sido convidado, mas eu entendi, como cidadão, que havendo uma reunião no Governo Civil de Coimbra, a fim de tratar de assuntos relacionados com o meu município, telefonei para alguns responsáveis por aquela entidade a questionar se poderia estar presente, foi-me dado permissão, e fiz questão de estar presente na mesma. Julgo que a própria Câmara tinha boas palavras a dizer nessa reunião e até esclarecia alguns assuntos”.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu entender que no plano pessoal isso possa acontecer, agora no plano institucional entende que a Câmara não se faz representar para uma reunião sem ter sido convocada para o efeito. No que diz respeito à situação actual do sector empresarial, nomeadamente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

na área das confecções, a Câmara Municipal está a provocar e está a acompanhar a situação, dando conta de que foi pedida uma reunião por três Presidentes de Câmara dos concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, ao Sr. Ministro da Economia. Disse ainda que essa reunião já foi solicitada há cerca de mais de um mês, esclarecendo que a Câmara Municipal tem estado a fazer aquilo que lhe compete. Mais referiu que daquilo que foi solicitado à Câmara Municipal, o executivo em permanência tem procurado agilizar todos os procedimentos no sentido de resolver alguns problemas que foram elencados numa reunião havida aqui nos Paços do Município. -----

-----**2.2.3 – ESCOLA BÁSICA DE SENHOR DAS ALMAS**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Sr. Vereador Albano Almeida referiu confirmar tudo aquilo que disse na anterior reunião de Câmara mas entende que “para melhorar a situação dos alunos da Escola Básica de Senhor das Almas, é necessário formar e dar-lhes uma melhor situação pedagógica de conhecimentos e educar”, frisando que “educar não é só ensiná-los a ler, educar é formar no aspecto cívico, moral, religioso, intelectual e académico”. Disse ainda que “numa situação daquelas, em que as pessoas ofendem e protestam, há dois fenómenos ali a considerar, há o fenómeno de prever e prover. Prever é ver antes, e prover é providenciar. Acho que se deve prever e prover de modo a melhorar substancialmente a situação dos alunos de Senhor das Almas”. Referiu igualmente saber que “há dois aspectos, o aspecto pedagógico da educação, que compete aos agrupamentos, há depois o aspecto logístico e administrativo que compete à autarquia, relativamente às instalações. Um e outro não podem viver isolados, não se podem reunir de um lado, nem se podem reunir do outro. Quando há reuniões desse género tem que sempre se conjugar o aspecto pedagógico e o aspecto logístico, porque só dos dois é que pode resultar trabalho útil e trabalho em consonância com as necessidades das crianças daquela zona”. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco tomando uso da palavra referiu que “não está cá o Sr. Presidente da Câmara, está o Sr. Vice-Presidente, pela primeira vez, se bem me recorde, a dirigir os trabalhos da Câmara, e está a Sr<sup>a</sup>. Vereadora do Pelouro da Educação. Eu tinha esta interpelação para dirigir ao Sr. Presidente da Câmara, mas pronto, dirijo-a a vós, para dizer o seguinte: entendo que muito mal vai uma Câmara Municipal, e muito mal vai um Presidente de Câmara, quando um conjunto de pais para se ouvir tem que usar como que o direito de petição na Assembleia Municipal para ser ouvido. Eu acho que há muito que os pais deveriam ter sido ouvidos pelo executivo em permanência desta Câmara Municipal. Os pais dos alunos da Escola do 1º CEB de Senhor das Almas. Verifiquei que temos uma escola que tem vinte e um alunos no 1º CEB, tem dezoito no Pré-escolar, ou seja, há aqui uma boa base para alimentar o futuro da escola do 1º CEB. Se bem me recorde, houve a referência de que já há oito alunos inscritos para frequentar o primeiro ano do 1º CEB, da escola do Senhor das Almas. E depois, há os compromissos da autarquia, os pais dos alunos dizem que alguém assumiu compromissos, perante aquela escola e aquelas famílias, em como a escola iria ser intervencionada, ou seja, iriam ser realizadas obras de adaptação e valorização da escola do 1º CEB de Senhor das Almas. E depois, há outros compromissos, que são os compromissos vertidos na Carta Educativa. Eu não concordei com ela, não concordei com as linhas condutoras dessa carta Educativa, nem sequer a votei favoravelmente, agora, o Sr. Presidente da Câmara é que a propôs à aprovação, o que nos remete para alguns factos. Pela análise da Carta Educativa eu aquilo que verifico é que, na sua página nº 88, nas intervenções propostas, relativamente ao Primeiro Ciclo e Jardins-de-infância, diz que “a EB1 mais Jardim-de-infância de Senhor das Almas - propõe-se a substituição das instalações provisórias cujo telhado contém amianto”. Mais à frente, no Plano de Financiamento, onde estão descritos os investimentos a realizar, é referido na página nº 96 “reconversão da EB1 de Senhor das Almas com a construção de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

uma sala de aulas, valores inscritos 60.000 euros, a longo prazo”. Diz ainda “Escola Básica do 1º CEB de Senhor das Almas, o Jardim-de-infância está localizado no mesmo lote, substituir as instalações provisórias da EB1, tecto em amianto, escola em desdobramento de horário, investimento previsto 60.000 euros”. Ou seja, estava previsto um investimento naquela escola para a sua requalificação, para a sua valorização e para continuar ao serviço da comunidade. A questão que eu coloco, em suma, é só esta, vão ou não ser realizadas obras na escola do 1º CEB de Senhor das Almas, e vai ou não a escola abrir no próximo ano lectivo? Eu acredito que ela vá abrir, e, enquanto for vereador nesta casa tudo farei para que aquela escola continue ao serviço da comunidade”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vice-Presidente referiu que “não sendo uma matéria do meu pelouro, e porque de facto tem havido algum interesse em trazer esta questão aos fóruns próprios, nomeadamente à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, quero apenas referir que aquilo que foi expresso pelo Sr. Presidente da Câmara, e aquilo que foi expresso pelos membros do executivo em permanência, é que a questão das instalações é responsabilidade, a este nível de ensino, da autarquia. A questão pedagógica e os critérios de funcionamento da escola não são estabelecidos pela Câmara Municipal, e é bom que de uma vez por todas as pessoas entendam isso. E não são estabelecidos pela Câmara Municipal, nem sequer pelo Agrupamento de Escolas, são estabelecidos pelo Governo que implementa a sua política através das Direcções Regionais de Educação e dos Agrupamentos de Escolas. E portanto, acho que as responsabilidades devem ser atribuídas a quem de direito. À Câmara Municipal, ao Agrupamento de Escolas, à Direcção Regional e ao Governo as suas, porque isto de andar a atirar, quando nos interessa, as responsabilidades para cima dos outros, também é fácil, e todos sabemos como é que isso se processa. Em relação à deslocação de alguns Encarregados de Educação a uma sessão da Assembleia Municipal para colocar as suas questões referiu que “o Sr. Presidente da Câmara disse nessa sessão que isso era falso”, e eu volto a repetir aqui que isso é falso”. Explicou que a Sra. Vereadora da Educação dialogou com alguns dos representantes dos encarregados de educação, muito antes de existirem notícias públicas sobre esta matéria, e não existe nenhum pedido formal de reunião a realizar aqui no executivo, eventualmente com o Sr. Presidente da Câmara ou com a Sra. Vereadora do Pelouro. Sobre o conteúdo da Carta Educativa referiu que “necessariamente que, e sem desvalorizar o papel da Carta Educativa, como nenhum outro instrumento de planeamento deve ser desvalorizado, a Carta Educativa representa, num dado momento uma projecção, uma previsão, daquilo que será a realidade. Neste caso, em termos educativos, e daquilo que será o investimento nessa matéria, seja em termos de infraestruturas, seja ao nível do material. E portanto, a avaliação da Carta Educativa, será feita anualmente, não é necessário que se aguarde pelo final do prazo para se verificar se ela está ou não a corresponder àquilo que são as expectativas das pessoas que a viram votada”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “o Sr. Vice-Presidente disse que os pais dos alunos da Escola de Senhor das Almas nunca pediram qualquer reunião à Câmara Municipal, na última acta que nos foi enviada, em que eu questiono o Sr. Presidente da Câmara se entretanto já reuniu com os pais, e o Sr. Presidente respondeu que “ainda não reuniu nem tem que o fazer”, dando conta que “a reunião que eu tenho que fazer, eventualmente, é com o Sr. Director da Escola, que se assim o entender poderá solicitar uma reunião à Câmara”, ou seja o Sr. Presidente não quer reunir com os pais, eventualmente reunirá com o Sr. Director da Escola, se o Director da Escola solicitar uma reunião à Câmara é o que está aqui nas palavras do Sr. Presidente da Câmara. Eu se estivesse a tempo inteiro na Câmara Municipal teria tido uma posição precisamente inversa, iria ter com as pessoas, falar com elas, avaliar das suas inquietações e entre os pais, a Associação de Pais, a Direcção do Agrupamento e a Câmara Municipal, encontrar uma solução que acalmasse aqueles



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

pais e arranjassem uma solução de consenso que não violasse aquilo que está contemplado na Carta Educativa Municipal”.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que “eu referi que o Sr. Presidente da Câmara não tinha recebido nenhum pedido formal de reunião. Foi só aquilo que eu disse, mais nada, aliás não me alonguei sobre esta matéria”.-----

-----**2.2.4 – PÓLO INDUSTRIAL DA CORDINHA**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu ter lido num jornal um aviso relativamente à venda em hasta pública de um dos lotes de terreno do Pólo Industrial da Cordinha. Mais referiu estranhar que um terreno que foi cedido pelo Município de Oliveira do Hospital para efeitos de uma utilização industrial esteja em praça pública, solicitando informações acerca do assunto.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que “se bem me recordo, há oito lotes que fazem parte do Pólo Industrial da Cordinha, há alguns deles, creio que metade, forma atribuídos de acordo com o Regulamento de atribuição de lotes, é para mim também muito estranho que um desses lotes vá agora a hasta pública. Porque, em termos muito práticos, nós estamos a falar de um Pólo Industrial que tem oito lotes, metade estão atribuídos, não há um único lote construído, não há uma única empresa instalada, não há um único posto de trabalho criado, mas há um lote que é vendido em hasta pública. Ou seja, há um bem do Município cedido para desenvolver uma actividade produtiva empresarial que neste momento não serve o Município, não serve o concelho em termos de criação de postos de trabalho de riqueza, e neste momento já está em hasta pública. Eu acho que isto é um mau indicador da política empresarial do concelho, nomeadamente aquela que tem sido implementada nos anos em que eu sou vereador nesta Câmara Municipal, que é aquele em que directamente tenho participado na tomada de decisões. Eu acho que a Câmara Municipal, enquanto órgão colegial, merecia um esclarecimento sobre esta situação. São oito lotes, alguns deles estão atribuídos, não está uma única empresa criada, não está um único posto de trabalho criado, e já há um lote em hasta pública. Acho que, antes de partirmos para outras leituras, esta Câmara Municipal deveria merecer, até porque há um regulamento para atribuição de lotes, um esclarecimento de quem de direito sobre esta situação”.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vice-Presidente referiu que “a ter acontecido, presumo que tenha sido muito recente, quero dizer que isto não é novo, como o Senhor Vereador referiu”, dando conta de que aconteceu e acontece também com lotes da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Disse ainda que a Câmara Municipal tem conhecimento de que, pelo menos três lotes da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, estarão nas mesmas condições, acrescentando que a Câmara Municipal nestas situações não pode fazer nada em sentido contrário. Mais referiu que “a Câmara Municipal tem tentado evitar este tipo de situações, lembrando que já neste executivo nós deliberámos a reversão de pelo menos um espaço naquele Pólo Industrial, isso na perspectiva de evitar que aconteçam situações desta natureza”. Concluiu referindo que “são situações que de facto colocam constrangimentos àquilo que será a vontade da autarquia e de todos os cidadãos em que seja dado aproveitamento ao espaço para a criação de emprego, mas também devem entender que, nesta matéria, aquilo que podemos fazer é, em termos jurídicos, avaliar todas as condições para inverter a situação e não é fácil que isso aconteça”.-----

-----**2.2.5 – ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à realização da última sessão da Assembleia Municipal, manifestando o seu desagrado pelo facto de não ter tido conhecimento antecipadamente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

de que a mesma iria ter lugar no dia 26 de Junho do corrente ano, sublinhando que foi surpreendido, nas vésperas quando soube que a mesma se iria realizar, pelo que, mesmo à última da hora fez questão de estar presente, salientando ainda que concorreu a vereador, como independente, pelo que entende que tem de estar presente naquilo que lhe é exigido nas suas funções. Fez ainda referência à forma como decorreu a referida sessão da Assembleia Municipal, salientando que “decorreu em, muitos períodos, sem compostura, com palavras agressivas e com descortesia, falta de ética, falta de nível, falta de atavismo, primitivismo político, ignorância democrática e desrespeito pelos cidadãos que lá se encontravam”. Referiu igualmente que “houve realmente insultos muito inconvenientes que me desgostaram imenso nessa reunião. As pessoas têm que ter elevação nas suas atitudes, dizer o que têm a dizer, sem insulto, sem agressão e sem nervosismos”.-----

-----Na sequência da intervenção do Sr. Vereador Albano Almeida, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que “porque o Sr. Vereador Albano Almeida foi muito meticoloso na análise da última sessão da Assembleia Municipal, acho que fez a análise que entendeu, mas esqueceu-se de dizer o seguinte, e eu já uma vez também fui vítima de alguns ataques em tom mais grave e até insultuoso, que até saiu na comunicação social, mas eu também convivo muito bem com isso, não me incomodam de sobremaneira, como disse há pouco, até estou de consciência tranquilíssima quanto ao meu trabalho, mas eu acho que, seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Municipal, tem que se acabar, de uma vez por todas, com as insinuações, devem-se nomear os factos e os nomes, não se deve deixar pairar no ar ideias difusas sobre factos ou sobre pessoas. Eu acho que a insinuação muitas vezes leva à revolta, ou a insinuação é muitas vezes a negação da frontalidade e da verticalidade que deve haver na política. Eu como digo o que penso e penso naquilo que digo, acho que nunca se deve insinuar, nomes e factos para que as pessoas se possam defender e possam, injustiçadas, agir conforme”.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que “subscrevo que estas, ou outras reuniões, devem ocorrer com elevação e respeito mútuo, mas sobre isso não vou tecer mais comentários”. Em relação á falta de conhecimento invocada pelo Sr. Coronel Ribeiro de Almeida sobre a data de realização da última sessão da Assembleia Municipal explicou que “como os assuntos que estariam na agenda da Assembleia Municipal, propostos pela Câmara Municipal, já tinham sido aprovados com alguma antecedência, ou seja, não houve nenhum assunto na reunião de executivo que antecedeu a Assembleia para ser presente naquele órgão, houve efectivamente aqui alguma falha de comunicação”. Referiu no entanto que “a divulgação da realização da sessão da Assembleia Municipal, como sabem, é pública, reiterando que foi apenas uma falha que aconteceu.”-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida esclareceu que “eu não me esqueci de nada do que se passou na última Assembleia Municipal, não fiz críticas a pessoas, não referi que este ou aquele foi isto ou aquilo, eu referi, genericamente, em conjunto, o que se passou naquela Assembleia. Referi as causas e não nomeei pessoas, referi os factos”.-----

## **2.3 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----**

### **-----2.3.1 – COLOCAÇÃO DE LOMBAS NO CENTRO DA FREGUESIA DE TRAVANCA DE LAGOS-----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Há cerca de dois meses atrás fiz aqui uma interpelação ao Sr. Presidente da Câmara relativamente à necessidade de instalação de lombas dissuasoras, limitadoras de velocidade no centro da freguesia de Travanca de Lagos. Houve, como sabe, uma petição dos moradores, o Sr. Presidente rejeitou aqui a colocação de lombas no centro da localidade, acho que é visível que o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

problema persiste, os carros continuam a passar ali a grande velocidade, as pessoas insistem na perigosidade da via e da velocidade de circulação dos automóveis, eu queria questionar se afinal as lombas vão ou não ser colocadas no centro de Travanca de Lagos e, a proposta que eu deixo é que, em face da insistência para que as lombas sejam colocadas no sentido de evitar qualquer situação difícil, qualquer acidente, é que se coloquem as lombas naquele local de Travanca de Lagos.”-----

-----O Sr. Vice-Presidente deu conta que “do que me recordo da intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre essa matéria, é que ele disse que por princípio era contra a aplicação de lombas porque existem limites de velocidade que devem ser respeitados e que devem ser feitos cumprir pelas autoridades”, julgo até que terá dito que “se de facto as pessoas entendiam que essa seria a solução para atenuar a velocidade de circulação em Travanca de Lagos, e sendo certo que não é a colocação de passadeiras elevadas, ou de lombas, que anula a possibilidade de ocorrência de um acidente, pode contribuir para a redução dessa probabilidade mas não a evita por completo, é bom, que tenhamos todos essa noção, e se as pessoas assim o entendessem, que eventualmente estaria receptivo ao desenvolvimento desse projecto. Lembrou ainda que na estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha, também foram colocadas passadeiras elevadas com essas características. Disse ainda que são declarações que poderão ser confirmadas pela leitura da respectiva acta dessa reunião de Câmara. -----

-----**2.3.2 – ESTRUTURAS/ EQUIPAMENTOS DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu ainda o seguinte:-----

-----“Eu e o Sr. Vereador Albano Almeida, à vez, temos andado aqui a citar o caso do Posto de Vendas de Produtos Locais e Posto de Informação Turística de Senhor das Almas, continua fechado, foi inaugurado à quatro anos, em véspera de eleições autárquicas. O Centro de Emergência Social de Travanca de Lagos, onde estão aplicados 30.000 contos está concluído há dois anos, e continua fechado. A Casa do “S” em Aldeia das Dez, ainda hoje não se sabe como é que funciona, em que condição funciona, e com que retorno, e também agora um outro caso que é a Casa Museu Dr. Tarquínio Hall. O Dr. Tarquínio Hall é uma figura incontornável da vida do concelho, é um homem que merece a nossa homenagem colectiva, entendeu-se acolher aquele edifício e adaptá-lo para ali criar uma Casa Museu que perpetuasse o papel cívico, cultural e interventivo do Dr. Tarquínio Hall, as obras estão feitas, creio que também já foi adquirido equipamento, já foram transferidos vários subsídios para a Junta de Freguesia de Lagos da Beira, mas até hoje a Casa Museu Dr. Tarquínio Hall continua encerrada. Acho que é tempo de nos informarem sobre o que se passa com aquele edifício e dizer que, se foram aplicados dinheiros do Município na Casa Museu Tarquínio Hall, eu acho que tem toda a pertinência, justifica-se que seja aberta ao público e seja colocada ao serviço da cultura e da cidadania no concelho de Oliveira do Hospital.”-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que, no que diz respeito ao Posto de Vendas de Senhor das Almas, o Sr. Presidente da Câmara, na última reunião de executivo, após ter sido questionado sobre esta matéria pelo Sr. Vereador Albano Almeida, informou do ponto de situação, resposta essa que consta em acta. Quanto ao Centro de Emergência Social Municipal de Travanca de Lagos, mais referiu que o Sr. Presidente da Câmara já falou, por diversas vezes, em relação a esta questão, esclarecendo que na introdução às GOP's para o ano de 2009 também fazia referência ao modelo que a autarquia pretende ver implementado neste espaço. Relativamente à Casa do “S” em Aldeia das Dez disse ser do conhecimento de todos que a situação não é a mesma, tratando-se de um equipamento protocolado com a freguesia de Aldeia das Dez, reconhecendo que é necessário equacionar relativamente ao uso que lhe poderá vir a ser dado, condicionado às disponibilidades financeiras da autarquia. Sobre a Casa Museu Dr. Tarquínio Hall disse desconhecer a existência de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

qualquer problema relativo à aplicação financeira, dando conta de que não houve qualquer desvio de fundos para outros investimentos. Concluiu referindo que “a propriedade do imóvel é da Junta de Freguesia de Lagos da Beira, a Câmara Municipal apoiou, e neste momento há uma questão que tem a ver com algum equipamento que ainda é necessário. A abertura será em tempo oportuno, sendo certo que aquilo que se pretende é que o espaço seja, e tenha, a maior dignidade possível, pois é isso que nos interessa a todos nós.”-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “eu acho que elas são, ora inconclusivas, ora de alguma forma desresponsabilizadoras daquilo que é a responsabilidade natural da Câmara Municipal e particularmente do executivo em permanência”.-----

-----**2.3.3 – FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo mais referiu o seguinte: -----

-----“Porque fiz na reunião de 09 e 23 de Junho do corrente ano, dois requerimentos aos quais não obtive resposta, e invocando o Estatuto do Direito da Oposição, requeria informação por escrito sobre aos casos que até ao momento foram apreciados no Fundo de Emergência Social Municipal, ou seja, os casos sociais objecto de aprovação, o valor atribuído, e o motivo ou objecto da sua aprovação, os apoios já efectivamente concretizados, ou seja, pagos aos respectivos requerentes beneficiários. E porque na reunião pública de 09 de Junho pedi que se efectuasse o levantamento dos custos dos trabalhos realizados para abertura do buraco, na freguesia de Penalva de Alva, eu requeria quanto é que custaram aqueles trabalhos, quer os trabalhos iniciais de escavação, quer os trabalhos finais de aterro daquele local. O Sr. Presidente disse que, na altura, não tinha elementos e eu requeri que posteriormente fossem então dado conhecimento dos custos dos trabalhos feitos e do valor total, continuo à aguardar esses valores, requerendo novamente e se for necessário faço requerimento por escrito ao abrigo do Estatuto do Direito à Oposição.”-----

-----O Sr. Vice-Presidente no que diz respeito ao funcionamento do Fundo de Emergência Social Municipal reiterou aquilo que o Sr. Presidente da Câmara já havia dito sobre o assunto, ou seja “que não houve utilização do Fundo de Emergência Social Municipal para além daquilo que foram as deliberações da Câmara”, salientando que “acho que todos estamos entendidos em relação a essa matéria, portanto, o Sr. Vereador, a não ser que tenha faltado a alguma reunião, tem conhecimento de todos os casos que foram aprovados no âmbito deste Fundo”. Mais referiu que “a Câmara é que delibera, até porque como sabe o novo Regulamento de Apoio a Famílias Carenciadas já foi aprovado pela autarquia mas ainda não foi aprovado em Assembleia Municipal. Só o será em princípio na sessão de Setembro, pelo que só a partir daí é que eventualmente em função das competências que tenham sido delegadas no executivo em permanência ou no Presidente da Câmara é que podem eventualmente passar, sem ser por este órgão em que todos vós têm conhecimento, o tratamento de situações enquadradas no Fundo. De qualquer das formas os serviços serão questionados sobre esta matéria”. No que se refere ao levantamento dos custos da Charca, na Carvalha, freguesia de Penalva de Alva, referiu que “o Sr. Presidente da Câmara tinha assumido esse compromisso pelo que, ser-lhe-á, como sempre, entregue resposta sobre essa matéria”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que “eu disse isto várias vezes, os Senhores Vereadores que se apresentam aqui na Câmara, estão aqui a tempo inteiro, fazem um telefonema para um funcionário, pedem-lhes uma informação e ele processa a informação. Eu usando os recursos que tenho faço um requerimento, porque é um direito que me assiste para ter essa informação. Por favor, não me mandem a mim pesquisar actas, eu sou Vereador desta Câmara, eu exijo muito disto, mas coisa simples que é fazer um requerimento, já que não posso aceder a ele directamente, para me fazerem chegar uma informação, resumindo-se num tema porque eu sou



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

parte activa e que sou responsável político, pelo menos até Outubro. Quer dizer, mandar-me consultar actas, acho que é excessivo, e até deselegante. Por isso é que eu faço requerimentos, não é para vos maçar, nem para vos dar trabalho, é para ter algum controle e alguma informação sobre a actividade municipal. Agora, não voltem a mandar-me outra vez consultar actas, eu sou vereador eleito nesta Câmara, portanto tenho algumas prerrogativas, e que exercerei sem qualquer reserva”. ---

-----O Sr. Vice-Presidente esclareceu que “eu não lhe mandei consultar actas, o que eu disse foi o seguinte, todos os apoios concedidos ao abrigo do Fundo de Emergência Social Municipal foram, até esta data aprovados pelo executivo, que é constituído por todos nós. Não houve nenhuma situação, nenhum apoio, que não tenha sido aprovado por nós, foi aquilo que eu disse. E disse que o Sr. Vereador só não teria conhecimento, de eventualmente algum desses casos, se não tiver estado presente na reunião, foi só isso que eu disse. E como é lógico, constam das actas. Mas também disse que todos os requerimentos serão respondidos como sempre”. -----

**3 - ORDEM DO DIA** -----

**-----3.1 - PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - (COMPONENTES NÃO RESERVADAS – PARTE I (ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO), PARTE II (ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA), PARTE III (ÁREAS DE INTERVENÇÃO) E PARTE IV (INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR) - CONSULTA PÚBLICA** -----

D.A.G.F.

-----Nos termos e para efeitos do disposto no nº 9 do artº 4º da Resolução nº25/2008, da Comissão Nacional de Protecção Civil, publicada no Diário da República nº 138, 2ª série, de 18 de Julho, foi presente o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Oliveira do Hospital (componentes não reservadas – Parte I (Enquadramento Geral do Plano), Parte II (Organização da Resposta), Parte III (Áreas de Intervenção) e Parte IV (Informação Complementar), documento que pela sua extensão fica arquivado no respectivo processo, tendo a Câmara Municipal deliberado, por todos os membros presentes, submeter o presente documento a apreciação pública pelo período de 30 dias, dando sem efeito o edital datado de 24 de Junho de 2009, sobre o mesmo assunto. -----

**3.2 - TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE ALDEIA DAS DEZ** -----

G.D.E.S./Proc.3/6/DOC.2

-----Foi presente, pelo Sr. Vice-Presidente a acta da reunião da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Aldeia das Dez, que se realizou no passado dia 26 de Junho do corrente ano, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo aquele responsável procedido à leitura integral da mesma. -----

-----Atendendo ao parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Aldeia das Dez e nos termos da alínea a) do artigo 3º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a denominação de arruamentos nas localidades de Gramaça, Goulinho e Casal Cimeiro, solicitada pela respectiva Junta de Freguesia. -----

-----Mais deliberou dar conhecimento do conteúdo desta alteração, agora aprovada, à Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital, à Repartição de Finanças deste concelho, bem como aos CTT – Correios de Portugal, em conformidade com o disposto no artigo 17º do Regulamento já referido. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.3 - TOPONÍMIA DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS**-----

**G.D.E.S./Proc.3/6/DOC.3**

-----Foi presente, pelo Sr. Vice-Presidente a acta da reunião da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Alvôco das Várzeas, que se realizou no passado dia 26 de Junho do corrente ano, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo aquele responsável procedido à leitura integral da mesma.-----

-----Atendendo ao parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia - Freguesia de Alvôco das Várzeas e nos termos da alínea a) do artigo 3º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a denominação de arruamentos naquela freguesia, solicitada pela respectiva Junta de Freguesia.-----

-----Mais deliberou dar conhecimento do conteúdo desta alteração, agora aprovada, à Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital, à Repartição de Finanças deste concelho, bem como aos CTT – Correios de Portugal, em conformidade com o disposto no artigo 17º do Regulamento já referido.-----

**3.4 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE:** -----

-----**3.4.1 - COLÉGIO DE LÍNGUAS - ENSINOVO, LDA.**-----

**D.A.G.F./Proc. 47/9**

-----Requer autorização para colocação de quatro placas publicitárias, no seu estabelecimento, sito no Largo Ribeiro do Amaral, 11-A, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**3.4.2 - MAGNIPROFIT, LDA.**-----

**D.A.G.F./Proc. 47/9**

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, no seu estabelecimento denominado “KARLLU’YS”, sito na Rua do Colégio, nº 4, e bem assim para colocação de duas placas publicitárias, no seu estabelecimento denominado “KARLLU’YS Kids”, sito na Rua do Ameal, nº 1B, ambos em Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**3.4.3 - MARIA LUÍSA MONTEIRO COSTA MARQUES CAMPOS**-----

**D.A.G.F./Proc. 47/9**

-----Requer autorização para colocação de duas placas publicitárias e um reclamo luminoso, no seu estabelecimento denominado “Óptica do Concelho”, sito na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, 10 A, em Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**3.4.4 - SEMPREVIVA - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, no seu estabelecimento, sito no Bairro das Comaradas, Lote nº 3, freguesia de São Paio de Gramaços.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

**3.5 - REGULAMENTO DO CONCURSO DE MARCHAS POPULARES/2009 -  
ALTERAÇÃO**-----

D.A.G.F/ DOC.4

-----Por proposta do Sr. Vice-Presidente a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a alteração ao Regulamento do Concurso de Marchas Populares/ 2009, nomeadamente no que diz respeito à atribuição de verbas para participação e organização das respectivas Marchas, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**3.6 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**-----

**-----A) MARCHAS POPULARES/2009 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO /  
PRÉMIOS**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal a atribuição dos seguintes prémios às entidades que participaram no desfile/ concurso das Marchas Populares/ 2009 que decorreu no âmbito da Semana Popular:-----

Designação	Instituição Organizadora	Categoria	Prémios		
			Organização e Participação - Marchas a concurso: 1.200€ - Marchas Infantis: 300€	Classificação	TOTAL
Marcha Infantil da Cordinha	Agrupamento de Escolas da Cordinha	Infantil	300 €	—	300 €
Marcha Infantil da EB1 e J.I. de Santa Ovaia	Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas	Infantil	300 €	—	300 €
Marcha Infantil da Obra D. <sup>a</sup> Josefina da Fonseca	Obra D. <sup>a</sup> Josefina da Fonseca	Infantil	300 €	—	300 €
Marcha Infantil de Lagares da Beira	Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira	Infantil	300 €	—	300 €
Marcha Infantil do Agrupamento de Escolas do Vale do Alva	Agrupamento de Escolas do Vale do Alva	Infantil	300 €	—	300 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Marcha Infantil do Centro de Desenv. S. Cult. de Penalva de Alva e Jardim de Infância	Centro de Desenvolvimento Sócio Cultural de Penalva de Alva	Infantil	300 €	—	300 €
Marcha Infantil do Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira	Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira	Infantil	300 €	—	300 €
Marcha de Avô	Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô	Sénior	1.200 €	300 €	1.500 €
Marcha de Nogueira do Cravo	Fábrica da Igreja Paroquial de Nogueira do Cravo	Sénior	1.200 €	250 €	1.450 €
Marcha de Galizes	Sociedade Recreativa e Cultural dos Povos de Galizes e Vendas de Galizes	Sénior	1.200 €	200 €	1.400 €
Marcha da Associação Cultural e Recreativa de Lagares da Beira	Associação Cultural e Recreativa de Lagares da Beira	Sénior	1.200 €	—	1.200 €
Marcha de Gramaços	Associação Desportiva de Gramaços	Sénior	1.200 €	—	1.200 €
Marcha de Meruge	Junta de Freguesia de Meruge	Sénior	1.200 €	—	1.200 €
Marcha do Rancho Folclórico e Cultural de Lagares da Beira	Rancho Folclórico e Cultural de Lagares da Beira	Sénior	1.200 €	—	1.200 €
N.º Total de Marchas: 14 (7 Seniores e 7 Infantis)			10.500 €	750 €	11.250 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**-----B) CONCURSO DE QUADRAS AOS SANTOS POPULARES/2009 - PRÉMIOS - RATIFICAÇÃO -----**

**D.A.G.F/DOC.5**

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação da atribuição dos prémios aos melhores classificados no Concurso de Quadras aos Santos Populares/2009, e que a seguir se discriminam: -----

-----1.º PRÉMIO – Viriato Gouveia, residente em Aldeia das Dez, concelho de Oliveira do Hospital - 200,00 € (Duzentos euros)-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----2º PRÉMIO – Ivo Coentro Morais, residente em Miratejo, Corroios - 125,00 € (Cento e vinte e cinco euros) -----

-----3º PRÉMIO – Albino Augusto Afonso de Matos Morais, residente em Terras de Polima, Domingos de Rana - 75,00 € (Setenta e cinco euros) -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

-----Ainda sobre este assunto, a Sra. Vereadora Maria José Feixinho questionou o Sr. Vice-Presidente relativamente à divulgação das quadras vencedoras, ou seja, se o Município tem ou não previsto alguma forma para promover a sua divulgação.-----

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes referiu tratar-se de um assunto que já foi devidamente analisado, estando prevista a divulgação, nomeadamente daquelas que são avaliadas pelo júri do concurso.-----

**C) AUTARQUIAS:**-----

-----**C-1) - FREGUESIA DE MERUGE**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Meruge, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)**, como apoio à realização do 6º Torneio Nacional de Damas, que teve lugar no passado dia 04 de Julho do corrente ano.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**C-2) - FREGUESIA DE NOGUEIRA DO CRAVO**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Nogueira do Cravo, um subsídio no montante de **7.500,00 € (Sete mil e quinhentos euros)**, como apoio à realização de pequenas obras na sede daquela freguesia e na localidade de Aldeia de Nogueira, a saber:-----

----- - Calçetamento em cubos de granito, da Rua da Cavada/ Capela de Stª. Luzia e Beco da Quelha, em Aldeia de Nogueira;-----

----- - Conclusão da Rua da Ferraria e arranjo dos cubos de granito que abateram, na Rua de Santo António, em Nogueira do Cravo.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**D) INSTITUIÇÕES:**-----

-----**D-1) - ARCAF - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE ALDEIA FORMOSA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ARCAF – Associação Recreativa e Cultural de Aldeia Formosa, um subsídio no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à substituição da telha existente no edifício sede daquela associação. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo declarou votar favoravelmente à atribuição do referido, sublinhando no entanto que “não deixa de ser estranho o facto de ser do domínio público a atribuição deste subsídio à ARCAF, sem o termos deliberado. Não sei de quem é a culpa, mas a verdade é que já se sabia que este subsídio ia ser atribuído sem que tivéssemos deliberado, e isso, são situações que às vezes nos ultrapassam pela negativa, enquanto membros deste executivo. Deixava esta nota para que houvesse mais cuidado.” -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que “os subsídios só são atribuídos, e têm eficácia, depois de aprovados pela Câmara Municipal, pelo que tudo aquilo que se diga, entretanto, é pura, e simplesmente responsabilidade de quem o diz ou de quem está interessado em que seja dito”. - -----

-----**D-2) - PARÓQUIA DE ERVEDAL DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja Paroquial de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de **4.000,00 € (Quatro mil euros)** como apoio ao restauro dos retábulos da Capela de Fiais da Beira. -

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**D-3) - UNIÃO DESPORTIVA E TUNA VILAFRANQUENSE** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à União Desportiva e Tuna Vilafranquense, um subsídio no montante de **2.500,00 € (Dois mil e quinhentos euros)** como apoio à realização de obras na sede daquela associação. ----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

**3.7 - OBRAS PARTICULARES:**-----

-----**3.7.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS** -----

D.S.T./DOC.6

-----O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 24 de Junho e 06 de Julho de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**3.8 - OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----**3.8.1 - A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - REGIME APLICÁVEL À CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS APTAS AO**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**ALOJAMENTO DE REDES DE COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS. DECRETO-LEI Nº 123/2009, DE 21 DE MAIO.** -----

D.A.G.F./Proc.33/11

-----Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 23 de Junho de 2009, foi novamente presente pelo Sr. Vice-Presidente o ofício circular nº 85/2009-PB, datado de 15 de Junho de 2009, remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Vice-Presidente e das Sras. Vereadoras Elsa Correia e Maria de Fátima Antunes e as abstenções dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho, Albano Almeida e José Francisco Rolo, concordar e subscrever a posição assumida pela A.N.M.P. no que respeita ao regime aplicável à construção de infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas. ---

**3.8.2 - TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL - ASSEMBLEIA-GERAL** -----

D.A.G.F.

-----O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da realização da Assembleia-Geral da Turismo do Centro de Portugal, que teve lugar no dia 30 de Junho de 2009, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma. -----

----- 1 – Leitura, apreciação e votação da acta nº 1 da Assembleia-Geral do dia 25 de Fevereiro de 2009; - -----

----- 2 – Informações; -----

----- 3 – Apresentação do Relatório dos Fiscal Único; -----

----- 4 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2008 (03.11.2008 a 31.12.2008); -----

----- 5 – Apreciação, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental 2009; -----

----- 6 – Apreciação, discussão e votação da Norma de Controlo Interno; -----

----- 7 – Apreciação, discussão e votação de Proposta de Alienação de Bens; -----

----- 8 – Outros assuntos. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, tomar conhecimento e remeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2008, à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

**3.8.3 - MAPA DE TRANSPORTES** -----

D.A.G.F./DOC.7

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 20 e 30 de Junho de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**4 - OUTROS ASSUNTOS** -----

-----Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto: -----

**4.1 - MAPA DE TRANSFERÊNCIA – PROGRAMA DE FÉRIAS OCUPADAS** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**D.A.G.F./Proc. 53/4/DOC.8**

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios às entidades aderentes ao programa em epígrafe, conforme mapa em anexo, e que fica a fazer parte integrante desta acta, e que ascendem a **30.675,00 € (Trinta mil, seiscentos e setenta e cinco euros) acrescido do valor dos seguros de acidentes pessoais**, tendo igualmente proposto o pagamento imediato de 75% do valor das bolsas. -----

-----A Câmara Municipal de acordo com as normas regulamentares que regem o Programa “Férias Ocupadas, aprovadas em reunião camarária de 31 de Março do ano em curso, deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----Por fazer parte dos Órgãos Sociais da Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação da atribuição de subsídio à referida entidade. --

**4.2 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO** -----

**D.A.G.F/Procº 54/3/DOC.9**

-----O Sr. Vice-Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 25 de Junho de 2009, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que autorizou o pagamento de **119,04 € (Cento e dezanove euros e quatro cêntimos)** ao Sr. Fernando José Carvalho, residente em Lagares da Beira, a título de indemnização, pelos estragos provocados na sua viatura por uma pedra que saltou enquanto um funcionário da Câmara Municipal procedia ao corte da relva no Parque do Mandanelho com uma máquina roçadora. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

**4.3 – ADI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL – REUNIÃO ORDINÁRIA** -----

**D.A.G.F**

-----O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião ordinária da ADI, que teve lugar na sala de reuniões da Câmara Municipal de Tábuia, no passado dia 29 de Junho do corrente ano, com a seguinte ordem de trabalhos, dando conta dos assuntos tratados e abordados na mesma. -----

-----Ponto 1 – Informações; -----

-----Ponto 2 – Situação financeira – ponto de situação; -----

-----Ponto 3 – MODCOM – Projectos aprovados – ponto de situação; -----

-----Ponto 4 – Análise do processo referente ao reembolso de IVA; -----

-----Ponto 5 – Participação na BTL 2010; -----

-----Ponto 6 – Outros assuntos; -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**4.4 – ADEPTOLIVA – REUNIÃO DE DIRECÇÃO** -----

**D.A.G.F**

-----O Sr. Vice-Presidente deu ainda conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião de Direcção da ADEPTOLIVA, que teve lugar nos Paços do Município de Arganil, no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

passado dia 29 de Junho do corrente ano, com a seguinte ordem de trabalhos, dando conta dos assuntos tratados e abordados na mesma.-----

-----Ponto 1 – Situação Pedagógica;-----

-----Ponto 2 – Análise da situação económico-financeira; -----

-----Ponto 3 – Outros assuntos;-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Vice-Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e vinte minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 7 de Julho de 2009 -----

Presidente \_\_\_\_\_

Vereadores \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 7 DE JULHO  
DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**